

## DEMOCRACIA EM PORTUGAL E NA EUROPA: PROBLEMAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

**Francisca Sousa da COSTA**

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

franciscacosta.work@gmail.com

### Resumo

O presente trabalho explora a importância da Democracia em contexto português e europeu, dando especial relevância ao percurso democrático de Portugal, sobretudo paralelamente à sua integração na Comunidade Económica Europeia (CEE). O corpo teórico discute, fundamentalmente, o conceito de democracia, a nível nacional e internacional. Por fim são discutidos alguns eixos temáticos que colocam em prática o exercício da democracia, de modo mais específico em Portugal, mas sob uma reflexão que se estende à União Europeia (UE).

**Palavras-chave:** Democracia; Soberania Nacional; União Europeia; União Política

### Abstract

This paper explores the importance of Democracy in the portuguese context and in the european one, giving special relevance to the study of the democratic path of Portugal, mainly in parallel with its integration into the European Economic Community (EEC). The theoretical body of the paper discusses, fundamentally, the concept of Democracy and its implications at the national and european level. Lastly, are discussed some themes that put in practice the exercise of Democracy, in Portugal in a specific way, but under an extended reflection to European Union.

**Key-words:** Democracy; National Sovereignty; European Union; Political Union

### 1. Dissertando, construindo

Dialogar, discutir, (contra-)argumentar sobre 'a' democracia nunca poderá ser um processo linear, primordialmente por a sua conceção (teórica e metodológica) adquirir diferentes formas no quotidiano das Nações. Ademais, reza a história, ciência do tempo, que em todas elas o processo de construção e/ou transição democrática não fora intuitivo, fundando em algumas delas o tumulto porque passam os homens que querem ser livres: a guerra e outras batalhas, a castração de direitos (e vidas), a desigualdade como identidade permanente de povo(s) que só conhecia(m) a condição de súbditos, resignados à vontade dos seus 'deuses terrenos'.

E como a História também é ciência propensa ao futuro, (s)urge debater epistemológica e politicamente o(s) significado(s) de Democracia e os cenários futuros, nos diversos setores e áreas vinculadas ao Estado, em Portugal e na Europa. Este ensaio não tem como objetivo prescrever um atestado à ação política; pretende, todavia, contribuir para uma reflexão em torno da democracia e da sua múltiplas formas de extensão quotidiano. Deste modo, pretendo debater algumas considerações relativas à democracia em Portugal e na Europa (e relação entre ambas) e, à posteriori, construir – sob uma opinião que, sendo minha, procura sustentar-se num paradigma liberal e de progresso – eventuais desafios futuros para a Democracia e como aqueles poderão – e deverão – ser conduzidos. Ilações, algumas; interrogações

– muitas. Um excelente exercício (cívico e político), em termos tão conturbados para a democracia à escala nacional e europeia.

## **2. Memórias do nosso Portugal, e de uma revolução já-mais esquecida**

“A Revolução portuguesa despoletada pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi a última revolução portuguesa da esquerda da Europa do século XX” (Rosas, 2006: 15), oriunda do cansaço da guerra colonial e do constante estrangulamento de liberdade(s) aos indivíduos, particularmente, as camadas da população mais desfavorecidas e sensíveis ao autoritarismo do regime (pobres, analfabetos, mulheres).

Aquelas “(...) liberdades fundamentais não foram outorgadas, mas conquistadas e essa é uma das mais importantes marcas genéticas da democracia portuguesa: uma democracia política cujos fundamentos são fruto directo e imeediato do processo revolucionário” (Pinto, 2006: 22). Após a revolução, foi feito um esforço insigne no sentido de construir uma democracia social efetiva, através da consolidação das liberdades fundamentais: o direito à greve e à liberdade sindical, a implementação do salário mínimo, redução da carga horária de trabalho, férias pagas, subsídio de doença e de alimentação, nacionalização de diversos organismos importantes para a consecução da cidadania – agora tutoriados pelo Estado –, generalização da Segurança Social, acesso ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) e à educação e à cultura. O 25 Abril foi fulcral para a construção de uma identidade nacional que, não sendo nacionalista, cumpre hoje a necessidade de encetar uma relação profícua com os símbolos e especificidades da Nação, mas que se concebe simultaneamente como inclusiva e multicultural (Vakil, 2006).

### 3. (Re)construindo Pontes: Portugal voltado para a Europa

A Democracia Portuguesa encontra-se ligada ao projeto de construção europeia, na medida em que a solicitação da entrada para a União Europeia em 1977, era oriunda do receio de que Portugal fosse tomado por movimentos revolucionários, sob tentações totalitaristas. O pedido tinha uma argumentação essencialmente de matriz política, onde se elencavam como objetivos principais a preservação das (ainda) jovens instituições democráticas, nos anos conturbados do pós-25 de Abril. Os anos seguintes foram tidos como relativamente pacíficos, fundamentalmente face ao convívio com outros países membros da UE. Portugal era assim considerado um país democrático, face ao desenvolvimento aparentemente célere que efetuou ao nível da democratização da sociedade.

Importa ressaltar que, um dos pressupostos da consolidação da Comunidade Europeia, foi assegurar os sistemas democráticos nos países em que já existiam, ajudando, inclusivamente, os países com uma recente história ditatorial, a ultrapassá-la (como é o caso de Portugal, Espanha e Grécia) e, por outro lado, auxiliar o processo de transição de países que haviam experienciado o colapso da mesma, como a Alemanha e a Itália. Todavia, uma das principais críticas à União Europeia é o seu (ainda) défice democrático, face à falta de eficiência em promover a democracia, a partir das suas instituições. Para alguns autores, nem com o fortalecimento do Parlamento Europeu, ou até com a criação do Comité das Regiões a perspetiva se alterou. “O desafio é, então, reforçar as instituições democráticas existentes nos Estados-membros e criar novos mecanismos através dos quais se possa fortalecer o controlo democrático a nível Europeu” (Comité das Regiões, 1999: 8), por exemplo através da formulação de políticas, enquanto medidas extensivas aos Estados-membros, no sentido do progresso e do desenvolvimento de cada um deles, prática já iniciada nos anos 80 (idem: 9).

Portugal, após a Revolução de Abril encontrava-se num período de fraco desenvolvimento tecnológico e social, debilidade empresarial, carências na rede de comunicação, elevadas taxas de juro que consumiam os poucos salários dos indivíduos, educação escassa e sistemas sociais e de apoio pouco eficientes e capazes. Com a adesão à União Europeia, e através, fundamentalmente, do Fundo para o Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão instituídos e recapitalizados em Portugal, foi possível uma melhoria acentuada ao nível do desenvolvimento do País. Em 1999, Portugal entra para a Zona Euro, compartilhando da moeda única com os países até então aderentes. Todavia, importa ressaltar que, com a revolução, era crucial a (re)constituição de posicionamento de Portugal, no plano internacional. Assim, “o país escorregara para a União Económica Europeia, onde se integrara, sem acerca disso se ter alguma vez realizado um debate (...) ou sequer uma consulta referendária” (Rosas, 2006: 22), embora alguns autores apontem um interesse particular da burguesia e de outras elites. Não que seja colocada em causa a importância do processo de adesão, visto que o mesmo fora essencial para o rejuvenescimento – nacional e

internacional – do país, sobretudo em matéria de modernização e como símbolo da 'democracia' (Royo, 2005: 410); mas teria sido igualmente importante discutir os diferentes contextos sócio-económicos e concomitantes ajustes para a entrada na União, tendo em vista as futuras e hipotéticas consequências da mesma para as economias domésticas.

A relação de Portugal com a Europa não deve ser entendida como se aquele primeiro país fosse uma filial de uma empresa de maiores dimensões, à qual se encontra dependente (Tengarrinha, 1999: 29). Perfilho da visão de outros autores que optam por uma perspetiva mais heurística da Europa, exaltando o “(...) ‘espírito da Europa’, a ‘identidade da Europa’, como se formasse um corpo de valores com sustentação própria (...) pretendendo, com isso, dar fundamento cultural à construção de uma Europa Política, Supranacional” (ibidem). Os defensores desta teoria apontam para a necessidade de consolidar uma Europa Federal, fruto das aspirações do Republicanismo do século XIX (Ventura, 1999: 136). Todavia, contrariamente ao que sucede nos Estados Unidos da América, os Estados-membro não partilham, na sua generalidade, de uma cultura comum padronizada, que lhes permita unirem-se sob a forma de um super-Estado. Não obstante aos esforços de concertação que têm sido orquestrados, em particular aqueles de domínio económico, a União Europeia não salvaguarda uma identidade coletiva que permita uma Federação. Aquela identidade cultural é influenciada pelas diferenças sócio-geográficas dos Estados-membro e suas concomitantes relações externas.

A história e construção da própria estrutura de Estado, regimes políticos vigentes e passados e seus sistemas diferem substancialmente na Europa, principalmente pelas transições democráticas efetuadas durante o século XX, e em particular devido às cisões entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste (que, inclusivamente, ainda hoje se verificam). Deste modo, não me parece viável que a União Europeia avance para o Federalismo, num futuro próximo. Em tempos recentes, fora discutido o projeto para a realização de uma Constituição Europeia; todavia, aquela encontra-se em fase de latência, por tempo indeterminado, por ainda não existir um consenso alargado sobre determinadas questões estruturantes dos Estados-membro, como é o caso da maior ou menor laicidade do Estado. Os Federalistas apontam esta necessidade, primordialmente face aos perigos do Nacionalismo exacerbado. Todavia, importa salvaguardar a vontade de todos os Estados, [até porque], ao consolidar uma Federação Europeia, inevitavelmente surgirá um “(...) estrangulamento centralista e uma diminuição da margem de funcionamento democrático (...) [face à] transferência de soberania dos estados membros” (Tengarrinha, 1999: 30). Nas Relações Internacionais existem timings e tempos específicos para a construção e prossecução de novas demandas institucionais e corporativas e a questão da aprovação daquela Constituição não tem tempo ou lugar na atualidade.

Por outro lado, a União Europeia não se imiscui na legislação organizativa e reguladora de cada país (que tem, inclusivamente, ligações com as unidades simbólicas subjacentes à

cultura de cada Estado), embora cada vez mais emita legislação comum, através do Parlamento Europeu que a aprova.

De um modo geral, considero que a União Europeia deveria comportar uma dimensão mais comunitária, de trabalho concertado e sob um projeto para uma efetiva União Política. Tal já foi realizado parcelarmente com o Tratado de Maastricht, em 1992 e ademais tratados, com a introdução de alguns elementos característicos de uma União Política: cidadania, política comum em matéria externa e assuntos internos<sup>1</sup>. O pressuposto é que a União Europeia, através de um conjunto de entidades competentes, efetive medidas extensíveis a toda a união, possibilitadas aos cidadãos europeus, mais e melhores condições de desenvolvimento e progresso dentro da união instituída. Aquela, deve encetar todos os seus esforços para operacionalizar as diferentes prerrogativas dos Estados, apesar das suas distintas linhas divisórias (Leon, 2012: 33). Todavia, deve ser salvaguardada a soberania dos Estados para que, dependendo da identidade sócio-cultural e histórica do país, as suas especificidades e limitações sejam consideradas e não aniquiladas por uma supracultura, decidida em função de um hipotético eixo central. De acordo com Leone tal não representa um risco atual visto que a UE auferde de uma política inter-estadual que se define mais pela partilha de instrumentos e métodos de governo, do que propriamente questões de soberania alheia (idem: 34).

Nesta continuidade, acredito que um dos desafios adestrados à União Europeia, é um maior equilíbrio de poderes, no sentido de cada Estado proclamar a sua capacidade de influência externa, enquanto unidade soberana exclusiva, mas controlando os nacionalismos. “Quando houve equilíbrio de poderes, houve paz” (idem: 37), e aquela só pode ser obtida através da solidariedade entre Estados, pela partilha de valores com impacto na união política em construção (ao invés de intenções abstratas supra-nacionais, que de verdade correspondem apenas aos interesses de alguns).

Um aspeto importante a refletir é também a necessidade de possibilitar o diálogo entre todos os Estados-membros, independentemente da sua 'centralidade' no processo de decisão política. Todos os países constituintes devem ter uma voz ativa, expressando-a dentro das instituições da UE, com vista sobretudo à partilha de ideias e negociação de medidas a tomar; é crucial, na minha ótica, potenciar a discussão (in)formada, em torno das especificidades e necessidades de cada Estado, de modo a criar estratégias eficientes e produtivas, zelando pelo Bem-estar económico e sócio-político de cada Estado individualmente e da UE.

---

<sup>1</sup> Pesquisa de informação em: [http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index\\_pt.htm](http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm)

#### 4. República e Democracia: suas crises e desafios

Tal como a crise sócio-económica que, Portugal – e parcelas da Europa e do mundo – atravessam, a democracia liberal também fora pautada por inúmeras crises filosóficas. “A crise das democracias encontra a sua razão de ser na conjugação dos ataques que lhe são dirigidos do exterior pelo fascismo e pelo comunismo e das imperfeições de ordem interna” (Rémond, 1994: 319). Segundo Rémond, poderemos considerar dois tipos de democracias: as velhas, numa ânsia crescente de atualização e (re)rejuvenescimento constante; e as novas, cuja configuração ainda é excessivamente recente para que possa tomar prática do quotidiano dos povos, socializados a viver sob o jugo de césares mais ou menos autocráticos (Rémond, 1994). Tendo em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento de cada Estado-membro e seus percursos políticos, a UE é consubstanciada por velhas e novas democracias, sendo estas últimas mais presentes no sul da Europa, tal como é exemplo Portugal, cujas críticas indicam que ainda tem um longo percurso a percorrer para auferir de uma democracia plena dado, por um lado, ter efetuado uma transição por rutura e, por outro lado, por 'ter chegado tarde' à União Europeia. As suas principais necessidades de resolução estão imbricadas nas instituições em demasia burocráticas, na corrupção e promiscuidade entre o sistema político e financeiro e a falta de participação cívica e política dos indivíduos. O tipo de regime e sistema político sob o qual se governa um país é um dos principais critérios de 'avaliação' para aferir se uma Nação pode ou não entrar na União Europeia.

Há uma distinção objetiva entre regime político e sistema de governo e, deste modo, entre República e Democracia. Através da análise de Carlos Leone, é dado a conhecer ao leitor a perspetiva de Aristóteles, em *O Político* e *A República*, pela categorização de diferentes ‘corpos políticos’ que compõem a realidade sócio-política. Para o autor clássico, o já referido corpo político é tipificado em função do número daqueles que governam. Deste modo, governando apenas um, trata-se de uma Monarquia; vários traduzem uma Aristocracia e, por fim, todos significa a existência de uma Democracia (Leone, 2012: 15). Todavia, o corpo político que dá consistência à realidade social é mais complexo do que o que fora formulado por Aristóteles. Numa visão pós-moderna, consideram-se, tal como já fora ressaltado, regimes políticos e sistemas de governação. O primeiro conceito consiste num “(...) corpo político autónomo, cuja viabilidade se faz depender de condições para a vida pacífica em comum. A sua forma deriva de valores políticos aceites, (...) sendo por isso o fundamento (construído) da realidade social” (idem: 18). A diversidade de regimes é restrita. São identificáveis as Repúblicas, as Teocracias e as Monarquias. De um modo geral, a República caracteriza-se por ser um regime político que afirma a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, cuja normalização se encontra imbuída nas instituições de direito, assumidas por um Chefe de Estado eleito. Por outro lado, a Teocracia é o regime onde não existe uma separação dos poderes político e religioso, estando o Chefe de Estado associado a um mandato de natureza religiosa. Por fim, a Monarquia é o regime em que os cidadãos não têm os mesmos direitos e

deveres, havendo uma diferença no que concerne a esta matéria entre o Rei e seus familiares, e restante população.

No seio da UE existem quer Repúblicas quer Monarquias Constitucionais, onde o poder de decisão política passa sempre pelo Parlamento que cumpre a Constituição. Este é um elemento que, fomentando diversidade, estimula naturais divergências, não só no plano dos valores que movem a ação político-pública, mas também em termos processuais que igualmente influenciam a tomada de decisão política nacional e internacional.

## **5. Discutindo a Democracia: um meio de a disseminar (?)**

De um modo geral, os sistemas de governo são os meios para exercer governação, num dado regime (Leon, 2012: 20), “(...) transferindo para uma sede (...) instrumental a contenda pelo poder político” (idem: 21). Não obstante, nenhum sistema consegue replicar na sua prática as demandas filosóficas instauradas pelo regime. Os sistemas de governos distinguem-se entre democráticos e autoritários. “A diferença tipológica reside na oposição entre o governo pelo consentimento livre e o criado pelo consentimento forçado” (idem: 23), sendo que, tanto um como outro, se relacionam com o regime político e o sistema social onde atuam. “Entre as condições de possibilidade de uma sociedade política, a definição da relação entre os seus membros é essencial, pois dela decorre diretamente a forma do regime e, imediatamente, a do sistema de governo” (idem: 29).

A Democracia é considerada por alguns autores como uma ‘invenção europeia’, cuja origem remonta às cidades-Estado gregas (Comité das Regiões, 1999). As suas alusões mais frequentes prendem-se com o sistema democrático representativo ou participativo. “A sua conotação moderna muito fica a dever às filosofias do Iluminismo do século XVIII, nomeadamente à exaltação do papel do indivíduo” (Mendras, 1997 cit in Comité das Regiões, 1999: 1).

Com a Revolução Francesa surge o conceito de Estado-Nação. O mesmo associa a Nação-território ao Povo e defende que as Nações devem ter Estados (ao passo que, em outrora, um só Estado tinha várias Nações, como é exemplo o Império Austro-Húngaro). A doutrina dos Direitos do Homem auxiliou o processo de construção do conceito de cidadania, propulsor da ilação de livre participação de cada indivíduo, através do referido Estado-Nação. A sua configuração atual – liberal e democrata – integra a herança europeia comum da filosofia e prática política dos membros da UE, embora nem todos adotassem o sistema democrático ao mesmo tempo. Alguns Estados europeus adotaram a democracia nos anos 70, mas só nos anos 80 a perspetivaram consolidada; embora muitos académicos afirmem que a democracia

não se encontra disseminada em termos plenos, em quase toda a Europa (Comité das Regiões, 1999: 2-3).

Em outrora, para participar na vida política ativa, era tida em consideração a posse de propriedade e a exigência de que o indivíduo que vota é homem e chefe de família. Os critérios segregacionistas foram sendo aniquilados e, atualmente, qualquer indivíduo pode votar, independentemente das suas idiossincrasias em todos os Estados-membro da UE. Aquela alusão ao Estado-Nação impulsionou a vertente ideológica do Nacionalismo, em algumas circunstâncias sócio-históricas associado ao Imperialismo e ao Fascismo, mas noutras fomentou a democracia liberal (Comité das Regiões, 1999).

Segundo Rousseau, nas palavras de Teixeira Fernandes (1997) a representatividade do povo por via da delegação de poder a um conjunto particular de indivíduos, castrará a prática democrática pois “no momento em que o povo delega em representantes, não é mais livre” (Rousseau, s/d cit in

Fernandes, 1997: 126). Todavia, Rousseau, como outros autores que partilham aquela conceção teórica, não vislumbram outra possibilidade de ação democrática pois, solicitar a todos os indivíduos que se pronunciassem sempre que alguma decisão cívica e política tivesse de ser tomada, instalaria o caos e, concomitantemente, o Estado-Nação transformar-se-ia numa anarquia.

## **6. As formações partidárias enquanto meio de Governação Democrática**

Assim, “desde que o regime político [e o sistema político] se torna representativo [por não se configurar outra possibilidade de atuação], a constituição de formações partidárias passa a ser procurada, não só como meio de recusa de situações de dominação mas ainda como instrumento para se obter o controlo da sociedade” (Fernandes, 1997: 188). M. Ostrogorski, na linha de Alexis de

Tocqueville, desconfia do carácter cesarista das formações partidárias, acreditando que as decisões efetivadas são do plano do individual, resvalando-se, inúmeras vezes, a vontade da população. Contudo, importa refletir que são apontados diferentes tipos de formação partidária. O sistema partidário, no século XIX, tinha essencialmente a sua existência imbuída nos partidos de notáveis, indivíduos de uma classe social relativamente elevada, correspondente a um estatuto social de relevância; os notáveis eram, assim, pessoas que auferiam de estudos, bem como de poderio económico. Esta tipologia de partidos tinha uma ação ocasional mas hierarquizada, e centralizava, tendencialmente, uma figura enigmática que aliciava os cidadãos à vassalagem perante aquele indivíduo. No final do século XIX surgem os partidos de inspiração socialista, face à chegada das ‘massas’ trabalhadoras à ação política e



no âmbito do sufrágio universal. Em 1880 emergem os Partidos de Massas, cujo objetivo primordial era trazer à discussão pública temas estruturantes para a sociedade, tais como a emancipação da mulher ou a necessidade de se educar toda a população, através de mecanismos formais de educação. Aqueles partidos são, portanto, fortemente doutrinários, com uma capacidade organizativa muito forte para instaurar o debate em torno das problemáticas fraturantes da sociedade, associado a lutas políticas difíceis; os militantes ganham um papel muito importante no âmbito destes partidos. Com o pós-guerra surgem os Partidos Apanha-Todos (ou, há quem diga, Apanha-Tolos). Trata-se de uma tipologia de partido profissional eleitoral, com um modelo organizativo assente numa máquina eleitoral burocrática, cujo pressuposto basilar é angariar votos para a conquista do poder. São partidos pragmáticos, voltados para a criação de programas neutrais, com possibilidade de abrangência do eleitor-médio. Tendencialmente tem a si associado um chefe, que será a figura carismática (ou, como quem diz: que coleta votos). “A Democracia é raramente praticada de forma a ser totalmente fiel ao esquema liberal-democrata (...) no qual os representantes eleitos tem poder legislativo e as suas decisões são traduzidas em políticas e executadas pelos administradores locais. Isto é verdadeiro quer a nível nacional quer a nível subnacional [regional/local]” (Comité das Regiões, 1999: 10).

Uma eventualidade de castração à nossa República – e por extensão à Democracia – é a possibilidade de tomar o poder uma governação cujo interesse primordial é a captação de voto, em detrimento de um projeto cívico e político de qualidade e demarcado ideologicamente dos projetos de outros partidos. Uma das principais acusações à partidarização atual é a sua configuração aparentemente homogénea, desvinculada da população e com pouca cultura de proximidade, quer com os principais agentes de representação cívica (também designados grupos de pressão), como os sindicatos, associações e outros grupos comunitários – governamentais ou não-governamentais –, bem como com a população em geral.

A propósito de partidos políticos, é notório um aumento de representação da extrema-direita por toda a UE, desde os países que estão a atravessar uma grave crise económica, como é exemplo a Grécia, até àqueles que se constituem enquanto eixos fundamentais de estabilização dentro da União e a nível internacional, como é exemplo o Reino Unido. A sua representação não é só de foro doméstico pois estão também presentes, com alguma relevância, no Parlamento Europeu, onde grande parte da legislação europeia está a ser emanada, tal como foi referido anteriormente. Na minha opinião os referidos partidos políticos alocados à extrema-direita (ideologicamente falando), através das suas temáticas de exaltação ao Nacionalismo, políticas anti-imigração, demarcação do multiculturalismo oriundo da Globalização – recusando impreterivelmente o conceito de 'aldeia global'

– subalternização de pequenos grupos étnicos e culturais em função da supremacia de determinados povos, radicalização da economia e a defesa de reformas nos setores essenciais

de um Estado de Bem-estar, como a Educação e/ou a Saúde, sob a necessidade de 'equilíbrio' entre o setor privado e público. Julgo que tal visão é antagónica com os princípios fundadores da União Europeia enquanto projeto de uma União Política. Alguns partidos defendem, inclusivamente, a saída da União Europeia, de modo que (s)urge refletir acerca do aumento de influência dos mesmos e, sobretudo, porque é que há cada vez mais indivíduos a reverem-se neste modelo de Governação. Importa perguntar: afinal o que desejam efetivamente os cidadãos europeus para os seus países e para a Comunidade Europeia.

## **7. Considerações finais ou Parcelas dos Desafios de Portugal e da Europa**

Considero que existem diversas vertentes dentro da União que devem ser tidos em consideração, no sentido de diagnosticar as maiores fragilidades (inter)nacionais e delinear estratégias que colmatem os seus efeitos negativos, simultaneamente a intensificarem um modelo de ação que beneficie toda a comunidade europeia.

A UE tem um papel muito importante na 'cena internacional'. Não auferindo de uma economia 'interna' com extrema relevância internacional (devido ao modelo de comercialização em expansão da China) e da continuada supremacia dos Estados Unidos da América, tem ganho algum destaque em matéria de influência na decisão política internacional. Não obstante, importa ressaltar que sendo a sua identidade reconhecida internacionalmente, alguns dos Estados-membro com maior destaque internacional não abdicam da sua influência enquanto Estado nacional, atuando, inúmeras vezes, nos corpos intergovernamentais internacionais com uma posição de carácter essencialmente nacional, colocando os seus interesses domésticos acima de quaisquer outros interesses supranacionais, designadamente europeus. Deste modo, a tão aclamada União Política afigura-se enquanto cenário futuro longínquo, cujo trajeto pode ser tumultuoso e requerer, cada vez mais, transferência de competências e de soberania para o 'centro de decisão', o que poderá não ser aceite de ânimo leve por todos os Estados integrantes.

Independentemente das diferenças de regime e sistema político existentes por toda a UE, creio que é dever das Nações que dela fazem parte assegurar o bem-estar económico e social da sua população, no sentido de possibilitar melhores condições de vida à comunidade, em particular encetando medidas estratégias protecionistas, de apoio às fações da sociedade mais desfavorecidas. Não obstante às correntes ideológicas diversas que compõe a UE, penso, tal como se encontra explanado – de modo mais ou menos abstrato – na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que os Estados constituintes devem partilhar um conjunto de valores que beneficie as suas comunidades domésticas e, claro está, a comunidade europeia, na senda pela fomentação de uma União de Bem-estar social, político e

económico, sustentada pelas boas relações internas, entre Estados-membro, e pelas relações externas.

Uma outra matéria que deverá, segundo a minha perspectiva, estar na agenda internacional da UE é o auxílio internacional para a atenuação da desigualdade social, na UE e em todo o Mundo, através de medidas políticas que apoiem os países mais carenciados, não só em matéria de recursos, mas também de concertação internacional. Não creio que seja passível a exterminação da desigualdade ou da pobreza, mas penso que a demanda humana é, precisamente, caminhar no sentido de dar um contributo positivo ao Mundo. E a União Europeia tem essa função. Afinal, é a maior (embora que ainda a ser burilada) União Política atual, que prospera sob uma conjugação de forças e de concentração de contrapartidas.

As Organizações Internacionais (nomeadamente as Intergovernamentais) devem atuar, em paralelo com o Estado, e em comunhão com outras estâncias de interesse comum, no sentido de operacionalizar uma maior igualdade entre os cidadãos europeus e do resto do mundo. A política tem como objetivo promover mais e melhor possível às pessoas; deve, por isso, ser uma prática efetivada em articulação com aquelas. Deste modo, será importante que a União Europeia, enquanto união económica e política, colabore institucionalmente com as Nações Unidas, no sentido de dar cumprimento aos projetos de aplicação presente e futura, como é o caso dos Objetivos do Milénio e da Agenda Global de Educação, com o objetivo primordial de combate à pobreza e às elevadas disparidades sócio-económicas existentes.

No que concerne particularmente a Portugal, penso que a crise sócio-económica atual trouxe consigo a inevitabilidade de pensarmos o Estado Social de outra forma, introduzindo reformas em alguns setores estratégicos, de modo a proteger mais e melhor a comunidade portuguesa.

Em termos geoestratégicos, penso que seria importante centralizar mais recursos comunitários no desenvolvimento do Norte e Interior do país, que se encontram num processo acelerado de desertificação. Ademais, (s)urge criar mecanismos para fixar os jovens, em primeira instância aqueles que queiram empreender os seus projetos profissionais em áreas associadas à exploração agrícola ou pecuária. Para conseguir que tal ocorra penso que é necessário repensar o modelo de atribuição dos fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de modo a que os locais em vias de desterritorialização sejam prioridade. Portugal tem uma beleza sobejamente bucólica, associada à particularidade de ter condições climáticas amenas, com estações mais ou menos delimitadas e específicas, o que pode ser benéfico para apostar em diversas modalidades de turismo. Nesta continuidade, seria importante alojar institucionalmente vias de comunicação, através de entidades catalisadoras e formal ou informalmente orientadas para o encaminhamento dos indivíduos visitantes do nosso país. Penso que aquelas vias de comunicação deveriam estabelecer-se sob um padrão

vinculado à União Europeia, no sentido de potenciar o inter-conhecimento entre os cidadãos dos diferentes Estados. Os fundos comunitários de apoio seriam fulcrais para o desenvolvimento das supra vias, bem como para o apetrechamento e desenvolvimento dos territórios desertificados, pela promoção do Turismo Rural ou da fixação de indivíduos provenientes de outros países, designadamente da União Europeia, através de uma das suas principais mais-valias: a livre circulação de indivíduos.

A fixação de jovens e de estrangeiros é também importante, na medida em que Portugal é um país cada vez mais envelhecido. Segundo os CENSOS de 2011, a população encontra-se envelhecida em 127,8% (o que, em comparação com dados do pré-25 de Abril [1960] é um aumento de cerca de 100%, o que se justifica pelo aumento da esperança média de vida e com o índice de longevidade que, àquela data, era de 33,6% e atualmente é de 47,9%). Face às sucessivas medidas de austeridade, a taxa de maternidade diminui drasticamente, de modo que quando se verifica, existe uma propensão maior para o casal desejar apenas um filho na família. A taxa bruta de natalidade, à data de 2012 é a menor desde 1960, situando-se nos 8,5%. Este valor tem vindo a decrescer substancialmente, sendo que o seu valor mais alto fora nos anos de 1960. Importa ressaltar, contudo, que a prática de menor natalidade deve-se, também, aos métodos de contraceção desenvolvidos atualmente e do processo de planeamento familiar<sup>2</sup>. Penso que será importante continuar a desenvolver mecanismos sociais e salutareos de apoio ao envelhecimento ativo, com qualidade de vida na reforma, e não continuar a efetuar cortes financeiros nas pensões dos idosos. Por outro lado, e porque a prática democrática se estende a todos os mecanismos de providência ao bem-comum, será igualmente crucial desenvolver maior apoio à maternidade, quer em termos de legislação adestrada ao mercado laboral, quer em termos de apoio nos centros de saúde e restante orgânica hospital, em termos educacionais e de apoio jurídico, se necessário e/ou aplicável.

Sendo um dos pilares do desenvolvimento do ser humano, através da igualdade de acesso e sucesso e da liberdade de reflexão e criação, penso que a Democracia também deve ser discutida no plano educacional. Até então, ouve um caminho percorrido em termos de alfabetização que foi direcionado com sucesso, ao longo dos anos. Em 1970, 25,7% da população era analfabeta [considerando-se por analfabeto/a aquele/a com 10 anos ou mais que não sabe ler nem escrever], sendo que 19,7% daquele valor eram homens e 31,0 eram mulheres. Atualmente, a taxa de analfabetismo é residual; em 2011 era cerca de 5,2% no total da população (sendo 3,5% homens e 6,8% mulheres)<sup>3</sup>. Não obstante, penso que a meta da alfabetização já está praticamente cumprida, importante agora continuar a qualificar cada vez mais os indivíduos, quer sob uma via mais teórica ou de investigação, quer por uma via

---

<sup>2</sup> Informação retirada do PORDATA, em:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-525>.

<sup>3</sup> Informação PORDATA, tabela e gráfico em:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>.

profissionalizante, demarcadamente mais voltada para o mercado de trabalho empresarial. Relativamente a esta questão, importa notar que a taxa de Educação Pré-escolar, em 1961, era essencialmente residual (0,9%) e, segundo dados de 2012, é de 89,3%. Ademais, a taxa de escolarização ao nível do ensino secundário em 1961 era de 1,3% e, na atualidade, é de 72,3%, o que é muito positivo no progresso educacional dos jovens<sup>4</sup>. Relativamente à taxa de abandono escolar, dados de 1992 apontam para 50% de crianças e jovens a abandonar o sistema. Contudo, em 2013 a taxa de abandono escolar precoce era de 19,2%<sup>5</sup>.

Por outro lado, um dos desafios à Democracia será também a capacidade de enquadrar, dentro do sistema governativo português e europeu, as práticas de globalização inertes ao novo estatuto e modelo do desenvolvimento sócio-económico. Assim, penso que as práticas de internacionalização devem permanecer na agenda dos Estados-membro, vinculada à importância do comércio internacional e do escoamento de produtos nacionais, mas sob a ressalva de que as regiões menos desenvolvidas não devem ser negligenciadas. Ao invés, potenciadas para que, melhorando o que têm de melhor, se possam afigurar como possibilidade de uma vivência mais equilibrada e proativa.

De um modo geral, penso que será necessário continuar a apostar na qualificação, devendo o Estado, sob a égide de uma participação democrática, proporcionar as condições básicas para que os estudantes possam frequentar, com qualidade, o ensino obrigatório e, por extensão, o ensino superior universitário ou politécnico. Considero ainda que uma maior qualificação pessoal e profissional dos indivíduos potenciará maior participação cívica e política, se as escolas – sob a tutela do Ministério que as acolhe – reconheça explicitamente no currículo escolar a necessidade de abordar desde os primeiros níveis de escolaridade, questões relacionadas com a cidadania nacional e europeia. Considero fulcral que os jovens vão construindo o seu percurso académico a par da sua auto-formação enquanto cidadãos, de modo a desenvolverem comportamentos de participação ativa, para que a construção da cidadania se efetive de dia para dia.

Mais ainda, em termos europeus, julgo que a promoção da cidadania europeia poderá ser uma das respostas à escassez de participação a esse nível, aproximando mais os indivíduos (sobretudo jovens) das instituições, práticas e políticas europeias, o que tornará certamente o processo de União Política mais célere e profícuo. Para tal, julgo que as instituições devem sofrer algumas reformas, nomeadamente no sentido de 'abertura' das mesmas, estando mais próximas do cidadão europeu, na senda pela criação da efetiva 'identidade europeia'. Penso que a execução da referida premissa poderá passar por fóruns

---

<sup>4</sup> Informação PORDATA, tabela e gráfico em:  
<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+real+de+escolarizacao-987>.

<sup>5</sup> Informação PORDATA; tabela e gráfico em:  
<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educacao+e+formacao+total+e+por+sexo-433>

político-públicos, maior consulta referendária – inclusivamente a nível europeu –, maior disseminação da informação relativa ao *modus operandi* das instituições, suas temáticas de discussão e processos de tomada de decisão, partindo desde as escolas até aos meios de comunicação social. Penso que criando uma maior 'relação de proximidade' com os cidadãos europeus, a participação cívica e política poderia aumentar.

Por fim, parafraseando René Remond e Salomé Zourabichvili (2007), penso que a 'Europa' foi bem sucedida a resolver os problemas do passado, mas questiono-me se a mesma estará preparada

– ao nível quer dos recursos, quer das intenções – de dar conta das adversidades futuras. A construção europeia neutralizou eventuais conflitos políticos, embora hoje as tensões ideológicas e processuais tendam a projectar mais divergências entre os Estados, do que convergências. Um dos desafios é a 'globalização' enquanto fenómeno e processo, desafio esse que potencia níveis de conflitualidade diversos (mais ou menos positivos e/ou negativos) nas diferentes Nações.

A União Europeia surge em resposta a uma crise dos Estados, no pós 2ª. Guerra Mundial e, com a delegação de soberania, surge na atualidade a crise da União, face ao pensamento político divergente (onde, se assim se entender, se podem criar sinergias de compatibilidade); a par destas crises surgiram/surgem os flagelos económicos e, concomitantemente, sociais e políticos. A mensagem final a transmitir é que, numa perspetiva que sendo minha, é também partilhada por outros autores de diversos campos teóricos, é que relações político-sociais mais ou menos conflituosas, nacionais e/ou internacionais, fazem parte do processo natural de amadurecimento das Nações, bem como dos sistemas que as governam e organizam. As crises, embora naturalmente pouco fruídas por quem as vive, são importantes na história dos tempos e da humanidade. Deste modo, penso que melhor contributo (pessoal e profissional) que podemos dar, é agir em conformidade com o diagnóstico de necessidades e lacunas existente, agindo em conformidade com o mesmo, através da concertação (inter)nacional, do diálogo e negociação. A crise da legitimidade das democracias ocidentais (Mouffe, 2006: 8) parte, na minha ótica, não só na dificuldade de (in)formar plenamente todos os cidadãos, mas sobretudo pela falta de labor e arte em escutar, refletir, discutir e negociar.

De um modo geral, penso que o próximo passo será a consolidação de uma 'soberania europeia' que, não negligenciado as vontades independentes dos Estados que a constituem, centralize um foco de trabalho concertado, ganhando cada vez mais relevância, quer em termos sociais e políticos, quer em termos económicos e financeiros.

## Referências Bibliográficas

FERNANDES, A. T. (1997). “Capítulo IV: Os Partidos Políticos” in António Teixeira Fernandes, *A Sociedade e o Estado, 187-250*. Porto: Edições Afrontamento;

FREIRE, A. (2005). Party System change in Portugal, 1974-2005: the role of social, political and ideological factors. *Portuguese Journal of Social Science*, 4(2), 81-97;

LEONE, C. (2012). *República. Democracia. Soberania: Ensaios sobre teoria de Estado*. Lisboa: Fonte da Palavra;

MOUFFE, C. (2006). *Por um modelo Agonístico de Democracia*. Viseu: Livraria Pretexto;

PINTO, A. (2006). “O legado do Autoritarismo e a Transição portuguesa para a Democracia, 1974-2004” in Manuel Loff e M. da Conceição Meireles Pereira, *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*, 37-72. Porto: Editora da Universidade do Porto;

ROSAS, F. (2006). “A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia” in Manuel Loff e M. da Conceição Meireles Pereira, *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*, 15-36. Porto: Editora da Universidade do Porto;

RÉMOND, R. (1994). *Introdução à História do nosso tempo. Do antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva;

REMOND, R. & Zourabichvili, S. (2007). The Question of Enlargement: Debate led by Pierre Lévy, in Rémi BRAGUE et al. (2007), *L'Europe, quelles frontières? = What borders for Europe?*, Paris: Culturesfrance;

ROLLO, M. (2007). *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Instituto Diplomático);

ROYO, S. (2005). O alargamento de 2004, in Sebastián Royo (org.) (2005), *Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Um balanço*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais;

TENGARRINHA, J. (1999). “Portugal e a Europa: abstrações e realidades nacionais” in Sérgio Campos Matos, *A Construção da Europa*, 29-38. Lisboa: Edições Colibri;

VAKIL, A. (2006). “Heróis do Lar, Nação AmbiValente. Portugalidade e Identidade Nacional nos tempos dos Pós-” in Manuel Loff e M. da Conceição Meireles Pereira, *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*, 73-102. Porto: Editora da Universidade do Porto;

VENTURA, A. (1999). “A Europa no pensamento republicano português oitocentista” in Sérgio Campos Matos, *A Construção da Europa*, 133-142. Lisboa: Edições Colibri.